



25 ANOS

InfoSNESup 224

Newsletter JANEIRO de 2015 – 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

FCT - ERRO RECONHECIDO?

CCISP - TOMADA DE POSSE

REGIME TRANSITÓRIO - SOLUÇÃO A TEMPO PARCIAL

FCT: CONCURSO = ERRO + REDUÇÃO

RELATÓRIO OCDE "EDUCATION POLICY OUTLOOK 2015"

AÇÕES JUDICIAIS E A LEGITIMIDADE DOS SINDICATOS

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "EDUCAR, DEFENDER, JULGAR"

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

FCT - ERRO RECONHECIDO?

[Foi ontem notícia](#) o possível reconhecimento da FCT dos erros que afetaram o processo de avaliação das Unidades de Investigação e Desenvolvimento. É algo que merece a atenção do Ministério Público, porque demonstra que o SNESup tinha razão na sua denúncia. Reconhecer seria positivo, mas não basta e o processo enunciado na notícia não resolve o problema. De qualquer forma, parece confirmar-se a reunião mantida entre a tutela e os reitores, que teve como pano de fundo a possível intenção de várias unidades avançarem com ações judiciais relativas a esta matéria. A tentativa de impedir que estas ações avancem demonstra a debilidade óbvia de todo o processo de avaliação. A FCT e a tutela estão numa aporia, acenando com os seis milhões que restam. O CRUP deve ter consciência do perigo de assumir o papel de elo de transmissão da FCT, sendo que os reitores começam a perceber que será difícil dar uma saída honrosa a quem se isolou em tal beco. O autismo na avenida D. Carlos I continua a sonhar com uma soberania que toma os demais por menos. Os diretores das unidades de investigação têm a palavra, na defesa da dignidade. Repor a justiça vai passar por eles. Hoje, mais do que nunca, o exercício da cidadania é feito de gestos. O verdadeiro heroísmo está nas mãos de quem foi tomado como irrelevante.

CCISP - TOMADA DE POSSE

O SNESup esteve ontem presente em Bragança, na tomada de posse do Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, que teve lugar em conjunto com as comemorações dos 30 anos do Politécnico de Bragança. Enviamos os parabéns a este politécnico que continua perseverante na sua luta contra a interioridade, com uma saudação especial aos colegas desta instituição, e cujo mérito merece ser reconhecido. Apresentamos também os nossos cumprimentos ao Presidente do CCISP, com votos de bom trabalho, aguardando-se para breve uma reunião de trabalho sobre questões essenciais sobre o ensino superior politécnico.

Das várias intervenções convém destacar a oração de sapiência do Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), David Justino. A reflexão, em torno da Lei de Bases do Ensino, tocou um ponto em comum com o SNESup, na necessidade de pensar uma estratégia para o ensino superior. Este debate tem vindo a atravessar os nossos encontros e estamos de acordo sobre o papel que o CNE pode desempenhar nesta matéria. Em Bragança, o Presidente do CNE foi ousado nas suas propostas, contrastando com a visão bastante datada do ministro. Para além do consenso, o debate destas questões permite abrir um espaço que parece fechado na sociedade portuguesa. O SNESup já demonstrou que consegue reunir no mesmo espaço vários elementos com posições diferentes, dando azo a que se trabalhe o futuro. As pontes que o CNE procura passar por aqui. Vejamos se é possível um desenvolvimento.

REGIME TRANSITÓRIO - SOLUÇÃO A TEMPO PARCIAL

Progressivamente, têm vindo a ser-nos comunicadas situações que revelam cada vez mais os problemas do final do regime transitório. Vários têm sido os colegas que viram chegar ao fim os seus contratos, sendo-lhes gentilmente proposto um novo vínculo a tempo parcial. As percentagens destes vínculos variam com a categoria, mas demonstram que este é um problema que não pode continuar a ser adiado. Note-se que, tal como sempre afirmamos, as instituições reconhecem que estes colegas são necessários, razão pela qual mantêm o prolongamento dos seus vínculos. A situação é degradante, sendo vários os casos em que a redução do vínculo não equivale à redução das solicitações. A própria contabilização das horas merecia um maior escrutínio, com crescentes casos de *bullying* académico em várias instituições.

O que tudo isto demonstra é que a Diretiva Comunitária 1990/70 continua a ser desrespeitada, sendo que os vínculos mantêm-se com uma nova formulação. No fundo, alguns reitores e presidentes de politécnicos fazem lembrar aqueles empresários desqualificados, que recorrem à manobra de contratar em *part-time* para evitar a integração com vínculos estáveis.

Por esta razão o SNESup apresentará uma queixa à Comissão Europeia, na qual temos vindo a trabalhar e de que apresentaremos detalhes num comunicado próprio. Obviamente, que não abandonamos esta questão.

FCT: CONCURSO = ERRO + REDUÇÃO

Como habitualmente nos últimos concursos da FCT mantêm-se os erros e falhas. O processo faz recordar o personagem de uma célebre comédia britânica que afirmava "Computer says no!". Algumas notas sobre as tendências apresentadas neste último concurso e que vão para além da já costumeira ineficácia e polémica nas apreciações.

Por um lado a redução sistemática do número de bolsas atribuídas, em particular ao nível das bolsas individuais de doutoramento (BD), mantendo-se a tendência que teve em 2013 um ano dramático, com uma redução de 66%. Esta tendência de redução encontra-se também presente nas bolsas de pós-doutoramento (BPD), que apresentam valores perto de metade dos que existiam no período pré-crise em 2007. Por outro lado, o decréscimo do número de candidatos, quer ao nível de Doutoramento, quer ao nível de Pós-Doutoramento. Nesta questão era necessário compreender melhor a forma como o descrédito e a desilusão podem estar a produzir efeitos de desencorajamento ao ingresso em carreiras científicas e de investigação. Trata-se de algo que terá custos no médio e longo-prazo, com os problemas de rejuvenescimento do sistema científico nacional, bem como de um fenómeno de progressiva frustração geracional.

Note-se que este é um declínio que atravessou toda esta fase de governação. Uma nota importante para o futuro, porque temos de estruturalmente inverter um dos períodos mais negativos da história recente da ciência em Portugal.

RELATÓRIO OCDE "EDUCATION POLICY OUTLOOK 2015"

O relatório "[Education Policy Outlook 2015 - Making Reforms Happen](#)" foi recentemente publicado pela OCDE, em resultado de um estudo compreensivo e sistemático das políticas educativas desenvolvidas entre 2008 e 2014 nos 34 países que integram esta organização internacional.

No contexto atual, que a OCDE anuncia como sendo de lenta recuperação da crise financeira, o relatório destaca que a relevância do investimento em educação é crescentemente importante, quer no plano coletivo para contribuir para o desenvolvimento económico de longo prazo, quer no plano individual por assegurar benefícios aos cidadãos que mais prolongam os respetivos percursos escolares. Na nossa leitura, enquanto associação sindical de docentes e investigadores do ensino superior português, consideramos fundamental destacar três aspetos mencionados neste relatório da OCDE.

O primeiro aspeto, com o qual concordamos, remete para a afirmação, diversas vezes repetida no relatório, de que os professores constituem um elemento - chave para o sucesso das reformas educativas nos vários países e para a qualidade do ensino e dos currícula. Adicionalmente, salienta-se que a filiação em sindicatos de professores se tem mantido estável, apesar da crise económica e do decréscimo de sindicalizados noutras profissões, bem como se sublinha que o envolvimento das organizações sindicais na implementação de políticas educativas beneficia o respetivo sucesso. Seria importante que, também em Portugal, os responsáveis governamentais reconhecessem efetivamente o papel crucial dos docentes e investigadores - e do respetivo sindicato - para o desenvolvimento e qualidade do ensino superior, em vez de decidirem sem terem em consideração as perspetivas, aspirações e condições de trabalho dos profissionais do sector.

O segundo aspeto, com o qual discordamos, corresponde à valorização de uma estratégia política orientada para a promoção do desenvolvimento do ensino vocacional e profissionalizante no caso português. Os TESP são mencionados como cursos de ensino superior politécnico que se focam em áreas de necessidades de qualificação de recursos humanos e que estão em ligação com empresas e com o ensino profissional de nível secundário. A revisão de critérios de fixação de vagas no ensino superior, agora dependentes dos níveis de desemprego dos diplomados registados nos centros de emprego, é apontada como uma medida que permite racionalizar despesas e otimizar recursos. Em nosso entender, trata-se, em ambos os casos, de medidas que veiculam uma visão demasiado restrita e enviesada do ensino superior, subjugando a educação neste nível de ensino às supostas necessidades da economia e do mercado de trabalho o que consideramos inaceitável.

Por último, o terceiro aspeto que queremos destacar reforça e confirma a posição que o SNESup tem vindo a defender de que não há ensino superior a mais em Portugal! Face à constatação de que a população que atingiu o ensino superior é ainda de reduzida dimensão no nosso país (19% entre os 25 e os 64 anos em Portugal vs. 39% em média nos países da OCDE), destaca-se que um dos desafios atuais prementes é o de aumentar o número de diplomados assegurando a qualidade da formação e a inclusão de todos os grupos de estudantes. Para tal, é relevante exigir que a

percentagem do PIB destinada às instituições escolares de todos os níveis de ensino seja aumentada para atingir, pelo menos, o valor médio que se verifica na OCDE, o que requer maior investimento estatal mas também privado.

AÇÕES JUDICIAIS E A LEGITIMIDADE DOS SINDICATOS

Nos últimos anos, fruto da situação difícil que atravessamos e de uma grande incerteza e instabilidade, e até, diga-se, de alguma falta de coragem de muitos responsáveis políticos e dirigentes de instituições de ensino superior em fazer uso dos seus poderes e autonomia, o SNESup tem vindo a colocar em tribunal diversas ações visando obter clarificações jurídicas que permitam que se faça justiça e até em algumas situações obter mesmo o conforto legal para que algumas decisões possam ser assumidas por responsáveis que dizem concordar com as mesmas mas que perante o receio da responsabilização optam por nada fazer até terem ordem para tal dada por algum juiz. São disso exemplo as ações colocadas contra diversas Universidades relativas ao pagamento indevido de propinas de doutoramento por docentes do ensino superior ou as ações visando o reconhecimento do direito ao pagamento devido aos Colegas que obtiveram a agregação após 2011, o doutoramento em 2012 sem que tenham transitado com a devida remuneração ou ainda o caso das ações administrativas especiais sobre alguns despachos proferidos por diversas instituições de ensino superior que o sindicato entendeu serem limitadores da liberdade de investigar, bem como colocarem em causa direitos adquiridos dos docentes.

5

Todavia, e talvez porque os tribunais têm vindo a ser inundados com ações e o trabalho dos juizes e magistrados se tem multiplicado, por vezes somos confrontados com argumentos (muitos deles que colhem nas contestações da parte contrária) que tentam colocar em causa a legitimidade do SNESup para interpor determinadas ações em defesa dos interesses dos seus associados. Os advogados que colaboram com o SNESup têm vindo persistentemente a contrapor estas alegações defendendo a legitimidade do Sindicato, suportada até no texto da Constituição da República Portuguesa ([nomeadamente no n.º 1 do Artigo 56.º](#)). Chegou-nos nestes dias um Parecer do Ministério Público relativo a uma ação interposta pelo SNESup que vem secundar esta nossa posição entendendo também que nos processos os sindicatos têm legitimidade própria não se configurando apenas como uma mera soma dos interesses individuais das classes que representam. Um Parecer importante e que merece o devido destaque e que esperamos que possa ajudar à celeridade de vários processos que a muitos importam e que, de uma vez por todas os juizes se possam concentrar no que interessa, isto é, o objeto dos processos e se aplique o que o texto constitucional inequivocamente reconhece: os sindicatos têm legitimidade própria para intentar ações comuns ou especiais sem necessidade, pois, de identificarem os seus associados.

APRESENTAÇÃO DO LIVRO "EDUCAR, DEFENDER, JULGAR"

Tal como demos conta na [última InfoSNESup](#), decorreu no passado dia 16 de janeiro, no Porto, a apresentação do Livro "Educar, Defender, Julgar: Funções Essenciais do

Estado - Contributos para a sua Reforma", promovido pelo SNESup, ASJP (Associação Sindical dos Juizes Portugueses), SMMP (Sindicato dos Magistrados do Ministério Público) e AOFA (Associação dos Oficiais das Forças Armadas).

Partilhamos agora o [texto da eloquente apresentação](#) que esteve a cargo do General José Luís Pinto Ramalho, antigo Chefe do Estado Maior do Exército, destacando a frontalidade e coragem política da mesma.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Regulamento n.º 29/2015 – D.R. n.º 18/2015, Série II DE 2015-01-27](#)

- ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Regulamento de Licença Sabática e Dispensa de Serviço Docente

[Despacho n.º 841/2015 - D.R. n.º 18/2015, Série II DE 2015-01-27](#)

- Universidade Nova de Lisboa - Reitoria

Alteração aos Estatutos do Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa - Nova Information Management School

[Regulamento n.º 30/2015 - D.R. n.º 18/2015, Série II DE 2015-01-27](#)

- Instituto Politécnico do Porto - Instituto Superior de Engenharia do Porto

Regulamento de Bolsas de Formação Avançada

[Regulamento n.º 23/2015 – D.R. n.º 14/2015, Série II de 2015-01-21](#)

- Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C. R. L.

Regulamento de Creditação de Formação e de Experiência Profissional do Instituto Superior de Serviço Social do Porto

[Despacho n.º 539/215 – D.R. n.º 12/2015, Série II de 2015-01-19](#)

- ENSIGEST – Gestão de Estabelecimentos de Ensino, S.A.

Publicação do registo de alterações dos estatutos do Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa

6

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

2nd Luso-Brazilian Meeting on the History of Tropical Medicine (2LBMHTM)

14-16 outubro, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa

Data limite: 2 março

[Saiba mais aqui](#)

International Conference on Research in Education and Science (ICRES)

23 a 26, abril 2015 - Antalya, Turkey.

Data limite: 1 fevereiro

[Saiba mais aqui](#)

KISMIF International Conference - Crossing Borders of Underground Music Scenes

15 a 17 julho – Porto – Faculdade de Letras – Casa da Música

Data limite: 15 fevereiro

[Saiba mais aqui](#)

21st Annual World Congress - World Association for Medical Law- WAML

3 a 6, Agosto, Coimbra.

Data limite: 1 abril.

[Saiba mais aqui](#)

CONGRESSO INTERNACIONAL "CULTURAS EM NEGATIVO"

1 a 3 outubro – Braga –Universidade do Minho

Data limite: 30 junho

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

Apresentação da iniciativa MARE STARTUP

3 fevereiro, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Edifício C6

[Saiba mais aqui](#)

Ciclo de Seminários de Literatura – “A tradução em movimento: o 'Zibaldone di Pensieri', de Giacomo Leopardi, em português”

5 fevereiro, CEHUM, ILCH, campus de Gualtar, Braga

[Saiba mais aqui](#)

Seminário internacional - Construir a Sustentabilidade a partir da Infância

7 fevereiro. Auditório 3 | Colégio Luís António Verney, Universidade de Évora

[Saiba mais aqui](#)

ARTECH 2015. 7th International Conference on Digital Arts

- Creating Digital e-Motions.

18 a 20 março, Óbidos, Universidade Aberta.

[Saiba mais aqui](#)

Congresso Internacional Luso-Brasileiro 100 Orpheu

25 a 28 março, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e no Centro Cultural de Belém

25 a 28 maio, S. Paulo, Universidade de São Paulo e na PUC de São Paulo

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro,104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Estrada da Beira, 503, R/C, A - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt



SNESup